Parte III: Do manifesto de janeiro de 1948 à declaração de março de 1958 e além

Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950

Ede Ricardo de Assis Soares

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOARES, E.R.A. Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. In: SENA JÚNIOR, C.Z., ed. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 197-213. ISBN: 978-85-232-1873-7.
<https://doi.org/10.7476/9788523218737.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

The background is a grayscale collage of various protest signs and photographs. Visible text includes 'IM GOVERN SALHADOR', 'CONHA', 'DOKAS', 'TRABALHADORAS', 'EM', 'DE', 'MARÇO', 'DE 1958', and 'ALÉM'. A large, dark, stylized 'X' is superimposed over the collage, with its arms extending towards the corners of the page.

PARTE III

**DO MANIFESTO DE JANEIRO
DE 1948 À DECLARAÇÃO DE
MARÇO DE 1958 E ALÉM**

Insubordinações das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950

Ede Ricardo de Assis Soares

HISTÓRIA E MEMÓRIA SOBRE ATUAÇÃO DO PCB APÓS A CASSAÇÃO DE 1947

Impactada com a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB), em maio de 1947 e a consequente cassação dos parlamentares comunistas, em janeiro de 1948, a direção do “Partido de Prestes” promoveu mudanças radicais em sua linha política oficial. Até aquele momento, a linha de União Nacional continuava sendo aplicada e rendendo ao PCB avanços no campo de disputa política, desvelado com o fim do Estado Novo.

Segundo a historiografia, a ilegalidade levou o Partido Comunista a alterar suas táticas para a consecução da revolução burguesa, etapa que, para os pecebistas, era necessária à revolução socialista no Brasil. Consolidadas as cassações do registro do Partido e de seus parlamentares, o Comitê Central do PCB passou a orientar os militantes a abandonarem a via eleitoral e os sindicatos oficiais, além da criação de sindicatos paralelos.

O marco da inflexão foi a publicação do Manifesto de Janeiro de 1948. No documento, a direção do Partido divulgou sua análise acerca dos acontecimentos políticos recentes e orientou os seus militantes a abandonarem a linha política de União Nacional. Segundo Anita Prestes,

a partir de então, aquela tática passou a ser considerada pela direção do Partido como o principal fator que conduziu os comunistas a empreenderem uma “[...] sistemática contenção da luta das massas proletária sem nome da colaboração operário patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’ [...]”.¹

Existe uma considerável produção acadêmica e memorialística sobre esse contexto.² Iniciaremos nossas análises com a obra *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, do ex-militante Moisés Vinhas. Este autor analisa a militância dos comunistas após os manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950, defendendo que apesar de continuarem assinando seus artigos, os líderes comunistas permaneciam numa clandestinidade extremada, que tinha a ver mais com suas concepções políticas dominantes no período do que com a realidade objetiva. Para o autor, o “subjetivismo” e o “sectarismo” dessas concepções havia levado o partido a uma fragorosa derrota nas eleições de 1950. À base de uma política de “classe contra classe” – apesar do fraseado mencionar uma “frente democrática de libertação nacional”, e admitir a aliança com a “burguesia nacional” sob hegemonia dos comunistas – conseguiram eleger com muita dificuldade, um deputado federal pelo Distrito Federal, Roberto Morena, pela legenda do Partido Republicano Trabalhista (PRT), um deputado estadual em Pernambuco, Paulo Cavalcanti, pela legenda do Partido Social Democrático (PSD),[...] Vale a pena observar de passagem, a “coincidência”: Distrito Federal e Pernambuco são dois estados onde malgrado a linha do “Manifesto de agosto”, os comunistas conservam algo assemelhado a uma política de alianças.³

Pode-se observar que o autor se refere à perda de força política que se abateu sobre os comunistas, por conta do Manifesto de Agosto de 1950, documento que ratificou as orientações do Manifesto de Janeiro de 1948. Segundo Moisés Vinhas, somente no Distrito Federal e em Pernambuco, o PCB manteve uma política de alianças frente às eleições, o que garantiu àqueles núcleos pecebistas algumas vitórias no campo eleitoral. Em seguida, o autor reflete sobre os efeitos da nova linha política dos comunistas frente aos trabalhadores:

1 PRESTES, A. L. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)*: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 114.

2 Selecionamos algumas obras e dividimo-las entre as de cunho memorialista e as historiográficas. Certamente que a bibliografia sobre a temática é vasta, no entanto, precisamos fazer uma seleção para respeitar os limites de um artigo.

3 VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 129.

[...] os comunistas se lançam agora com ímpeto à ‘revolução’. Passam a considerar os sindicatos como órgãos do Estado e do governo burgueses e latifundiários, logo, como órgãos a serviço da burguesia e do latifúndio. E tratam de criar organizações novas, revolucionárias, puras, ‘autônomas’, ‘independentes’ e ‘paralelas’[...] As consequências são as de praxe. A rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e em outros setores sociais, se desfaz e muitos abandonam o partido – não conseguem se ajustar a essa política.⁴

No trecho citado, Moisés Vinhas dá continuidade aos seus argumentos acerca das modificações táticas do PCB, dessa vez tendo por base a ação dos comunistas entre os trabalhadores e seus órgãos de classe. Nesse sentido, o autor afirma que o PCB se distanciou da classe trabalhadora por conta da aplicação da nova linha política. Semelhante visão consta na obra *O Partido Comunista que eu conheci 20 anos de clandestinidade*, do ex-militante comunista João Falcão⁵. Em sua análise sobre as mudanças na linha do PCB, o autor considera que o Manifesto de Janeiro de 1948 foi uma consequência da cassação do registro do PCB e dos mandatos dos comunistas, ressaltando que:

[O Manifesto de agosto de 1950] causou um grande impacto entre os militantes. Era de uma agressividade inaudita. Em nenhum momento o Partido Comunista foi tão violento contra o governo Dutra, a classe política e a burguesia nacional[...] Diante disso, os comunistas votaram em branco nas eleições de outubro de 1950, virando as costas para as massas populares e para os próprios militantes, que queriam votar em Getúlio Vargas[....] Nos comícios, nas portas de fábricas, os comunistas eram vaiados e ameaçados quando atacavam Getúlio.⁶

No trecho citado, percebe-se que o autor somente nesse momento faz referência a um distanciamento entre o PCB e a classe operária, em consequência da nova linha que os comunistas estavam pondo em prática, análise semelhante à defendida por Moisés Vinhas.

Na obra, *Cadernos do militante comunista: Questões Históricas e atuais do PCB*, o ex-militante pecebista, Salomão Malina, também tece críticas à

4 VINHAS, 1982, p. 129-130.

5 FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte editorial, 2000, p. 332.

6 VINHAS, 1982, p. 378-379.

nova orientação do PCB, considerando que o Partido adotou uma política sectária, iniciada no Manifesto de Janeiro de 1948 que só seria modificada dez anos depois:

[...] entre 1948 e 1956/58, a prática política do partido foi um processo linear, marcado pelo sectarismo e pelo golpismo [...] Entre nós, isto derivava também da linha política equivocada, já expressa no Manifesto de 1948: divulgado, se não me falha a memória, em janeiro daquele ano, nele nós chegávamos a propor a renúncia do presidente Dutra! Depois veio o Manifesto de Agosto de 1950, onde o divórcio em relação à realidade nacional alcançava o paroxismo. É claro que esta política oficial do partido era errada – a nossa posição face à candidatura de Getúlio (recomendamos o voto em branco) prova-o cabalmente.⁷

O raciocínio de Salomão Malina também se aproxima das análises de João Falcão e de Moisés Vinhas no que se refere à influência decisiva do Manifesto de Agosto de 1950 para a linha política pecebista. O então militante considera que os comunistas viraram as costas para o jogo político-institucional, afirmando que o Partido se precipitou ao aderir assumir a ilegalidade como clandestinidade:

Quer dizer: a realidade posta pela ilegalização não conduzia, necessariamente, à clandestinidade tal como nós a entendemos e praticamos naquele momento. Recuamos para o subterrâneo, perdemos o contato com as massas, retrocedemos na compreensão da realidade brasileira – como atesta o Manifesto de Agosto.⁸

Nesse trecho, o autor se refere à perda de contato do PCB com as massas, um gradativo abandono da política institucional e distanciamento junto aos diversos setores da classe trabalhadora por parte do Partido, considerando que a agremiação poderia ter mantido suas posições por conta do contexto relativamente favorável, ao invés de colocar-se num clandestinidade absoluta.

Em suma, vê-se determinada similaridade nas leituras memorialísticas desses ex-militantes: em geral, eles condenam a posição do partido, principalmente a postura de sua direção, e não fazem referência às ações dos núcleos do PCB nos diversos municípios e distritos do país. De toda

7 QUESTÕES históricas e atuais do PCB: entrevistas com Salomão Malina. São Paulo: Novos Rumos, 1986. p. 29-30.

8 QUESTÕES..., 1986, p. 22.

sorte, é importante lembrar que essas obras são memorialísticas, portanto, fontes fecundas para análises historiográficas. Apesar de não ser o caso da experiente historiadora Anita Prestes, em *Os Comunistas brasileiros (1945-1956/1958): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*, a autora se aproxima da versão dos ex-militantes por outras vias, como se percebe a seguir:

Em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, ocorria uma guinada ‘esquerdista’ na tática do PCB. Abandonava-se a proposta de ‘União Nacional’, decisão provocada pelo avanço da Guerra Fria e pelos seus desdobramentos. Em especial, tal virada tática seria motivada pela intensificação, por parte do governo Dutra, da repressão aos comunistas e às demais forças democráticas e populares.⁹

A diferença entre a leitura de Anita Prestes e as obras memorialísticas é que ela considera que a virada na tática do PCB se deu por conta dos efeitos da Guerra Fria e pela intensificação da repressão aos comunistas e às forças democráticas por parte do governo do presidente Dutra. A autora também reconhece os efeitos das mudanças táticas na relação do PCB com o proletariado, como se pode ver em suas palavras:

No que se refere ao movimento operário e sindical, a política do PCB também sofreria uma guinada ‘esquerdista’ com o *Manifesto de Janeiro de 1948*. É o momento quando os comunistas iniciam a formação de entidades paralelas aos sindicatos oficiais, ‘por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho’, e adotam a política que ficou conhecida como ‘greve pela greve’. Era a orientação de promover greves a qualquer custo, mesmo quando os trabalhadores não estavam mobilizados para tal e inexistiam condições propícias para a defesa dessa forma de luta.¹⁰

A análise de Anita Prestes se aproxima das versões de Moisés Vinhas, João Falcão e Salomão Malina, ao considerar que a radicalização do PCB levou a um distanciamento dos trabalhadores. A autora não aprofunda as suas análises sobre os efeitos da nova tática para o jogo político, provavelmente por esse não ser o objetivo de sua obra. Outra obra que tem semelhante análise é *Breve História do PCB*, de José Antônio Segatto. Assim como os ex-militantes e Anita Prestes, o autor considera que o PCB

9 PRESTES, 2010, p. 111.

10 Ibid., p. 122.

inflexionou a sua linha política à esquerda partir de 1948, buscando greves a todo custo e muitas vezes a transmutação da luta econômica pela luta política, com o objetivo de deflagrar a revolução em qualquer um desses movimentos. Segundo o autor, apesar da eleição de Roberto Morena, os comunistas abandonaram os espaços de disputa política institucional durante aqueles anos. Por conta dessa atuação, o PCB perdeu sua influência entre os operários e em suas instituições de classe.

José Antonio Segatto se refere à obra de Moisés Vinhas, *O Partido: a luta por um partido de massas*, diversas vezes. No que se refere ao contexto em que foram lançados os Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950, Segatto afirma que a partir de 1948 a política do PCB se tornou cada vez mais radical e distante da realidade. Essa linha que afastava o partido das camadas populares e da classe trabalhadora. Tal interpretação se aproxima muito daquelas que foram escritas pelos ex-militantes citados, bem como por Anita Prestes. A interpretação sobre a atuação do PCB que permanece hegemônica na historiografia.

Por fim, podemos citar o texto “O equilibrista e a política: o Partido da classe operária (PCB) na democratização”, lançado no volume dois da obra organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, intitulada *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*.

Os autores do texto sobre o Partido Comunista, Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana, fazem uma leitura que considera o Manifesto de Janeiro de 1948, enquanto ponto de partida na mudança da linha política pecebista. Segundo os autores, o PCB passou a acusar o governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra de submissão ao imperialismo americano. Ao mesmo tempo, os comunistas afirmavam que os partidos políticos das classes dominantes eram antidemocráticos criticando a passividade do Partido Comunista frente esse panorama. Essas críticas, segundo os autores, foram reafirmadas no Manifesto de Agosto de 1950, quando os comunistas opuseram-se radicalmente ao governo de Getúlio Vargas, propondo greves a todo custo, a criação de organismos paralelos à estrutura sindical oficial e se distanciaram das disputas eleitorais. A análise dos autores não se distancia daquela preconizada pelas obras apresentadas. No entanto, a obra apresenta novas perspectivas de análise, principalmente no que tange às discrepâncias entre a linha política oficial do Partido e sua aplicação nas bases do Partido, o que representa, sem dúvida, um avanço na análise acerca da trajetória do PCB.¹¹

11 SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical*

As diferentes análises assemelham-se quanto à leitura acerca da militância do PCB nos anos posteriores à cassação do seu registro, em 1947. Em geral, os discursos historiográficos e memorialísticos consideram que o Partido Comunista se distanciou do jogo político e da classe trabalhadora quando optou pela política de enfrentamento, com o consequente abandono dos sindicatos e espaços onde a classe atuava. Entretanto, os membros do Comitê Municipal de Alagoinhas, durante anos de 1950 a 1954, mantiveram uma linha ação semelhante àquela praticada durante a legalidade, apesar das deliberações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950, como veremos a seguir.¹²

COMUNISTAS FORA DA LINHA

Tudo indica que no município, os comunistas resistiram às modificações deliberadas pelo Comitê Central, no Manifesto de Janeiro de 1948 e no Manifesto de Agosto de 1950. No campo sindical, a linha política oficial orientava os militantes a abandonarem os sindicatos oficiais e a construir entidades operárias paralelas, visando a organização das bases com para as tarefas de libertação nacional.

Para Marco Aurélio Santana, a cassação registro do PCB, conduziu à esquerdização da linha política pecebista e permitiu ao governo Dutra intervir indiscriminadamente nos sindicatos, com o objetivo de expulsar comunistas e trabalhistas progressistas. Tal evento teria representado um duro golpe para o partido e para a ascensão organizativa e reivindicatória em que se encontrava o movimento dos trabalhadores, em termos de espaço sindical, paralisando-o até 1950. Coube aos militantes das bases pecebistas dar continuidade aos trabalhos nos sindicatos, ainda que de forma incongruente com a linha de atuação recém-posta em curso.¹³

Caso semelhante ocorreria com o Partido Comunista na cidade de Alagoinhas, onde os militantes locais não colocaram em curso as orientações contidas nos Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950. São exemplos desse desalinhamento a liderança dos comunistas no Centro

(1945-1964): as esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

12 A cidade de Alagoinhas está localizada a 100 quilômetros de Salvador e no contexto se apresentava como um entroncamento ferroviário, visto que as três estações da sede ligavam a cidade à capital do Estado, à cidade de Joazeiro, bem como aos estados de Sergipe e Alagoas.

13 SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964): as esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

Operário Beneficente de Alagoinhas e na Cooperativa de Consumo dos Operários nesse contexto.

Entre os anos de 1948 e 1950, o sapateiro e militante comunista, Joaquim Cabral de Souza era o presidente da Cooperativa de Consumo dos Operários em Alagoinhas e da Liga Alagoinhense de Dominó.¹⁴ No entanto, a liderança do militante foi combatida em ambas as instituições pelo ex-comunista e então vereador peessedista Almiro de Carvalho Conceição.

Na sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas de 30 de julho de 1948, Almiro Conceição pediu a palavra para chamar atenção de seus pares quanto à solicitação feita pela casa à direção da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas – que era presidida pelo sapateiro comunista Joaquim Cabral: “[...] há mais de 30 dias, sem nenhuma resposta até esta data, encarecendo providências desta câmara, neste sentido”.¹⁵ O fato é que Câmara havia enviado um telegrama solicitando informações acerca da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas há quase um mês e não obtinha resposta até aquele dia. O documento dirigia-se a “Joaquim Cabral de Souza e demais membros da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas” e lhes solicitava “[...] os relatórios da Cooperativa referentes aos meses de Março, Abril e Maio do corrente ano”.¹⁶

Almiro Conceição aproveitou o momento para explanar detalhes da instituição, dirigida pelo comunista e prestou “[...] esclarecimento sobre a fundação, diretores e exercício comercial daquela cooperativa”.¹⁷ Posteriormente, o requerimento foi submetido à votação e rejeitado pela maioria dos vereadores presentes. Tudo indica que a pressão de Almiro Conceição fazia parte dos interesses do ex-comunista em usurpar as bases pecevistas que, inclusive, o elegeram à vereança e que poderiam lhe garantir vitórias futuras.

Para além da disputa política entre Almiro Conceição e Joaquim Cabral de Souza, chama atenção a posição de liderança do sapateiro da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas, em um contexto em que crescia o anticomunismo e a consequente repressão aos comunistas, por um lado, e por outro, em um momento em que o PCB havia divulgado

14 Joaquim Cabral de Souza integrou um grupo que buscou negociar melhores condições para os comunistas ferroviários junto ao então candidato à prefeitura municipal, Pedro da Costa Dórea. Ver: SOARES, E. R. de A. *Os Comunistas e a formação da esquerda em Alagoinhas (1945-1956)*. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

15 CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS. *Livro de atas*. Alagoinhas. 30 jul. 1948a.

16 CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS. Telegramas expedidos. Alagoinhas, 3 jul. 1948b.

17 CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA, 1948a. O documento não oferece maiores detalhes sobre a fala de Almiro, o que poderia revelar a participação de outros membros do PCB na instituição.

há seis meses o Manifesto de Janeiro de 1948, que radicalizava à esquerda a luta sindical, como dissemos no início.

O sapateiro também dirigia a Liga Alagoinhense de Dominó e tinha ligação com o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Relações que indicam a força política desse militante e explicam, em parte, a permanência de Joaquim Cabral de Souza na presidência da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas.¹⁸

Em outro momento Joaquim Cabral e Almiro Conceição entraram em conflito, dessa vez, Almiro Conceição conseguiu tomar a presidência da Liga Alagoinhense de Dominó de Joaquim Cabral, acontecimento que foi noticiado, com destaque, na segunda página do jornal alagoinhense *O Nordeste*, de 13 de março de 1950. Sob o título “Deposto o comunista sr. Joaquim Cabral de Souza, da Presidência da ‘Liga Alagoinhense de Dominó’”, o jornal pôs a matéria com letras maiúsculas, em negrito e sublinhadas no topo da página, o que a destacava frente as demais notícias daquela edição.¹⁹

Em *O Nordeste*, somente as matérias mais importantes estavam destacadas de modo semelhante àquela referente à deposição do militante comunista, como é o caso da matéria da primeira página, intitulada “A candidatura do Cel. Juracy Magalhães marcha para a vitória, declara ao ‘*O Nordeste*’ o deputado Liberato de Carvalho”, que noticiava, após encontro casual ocorrido na Sorveteria Moderna, em que o ex-comandante da Polícia Militar e deputado, Liberato Carvalho, falava para um pequeno público de militares, em sua maioria, sobre o seu apoio à candidatura de Juracy Magalhães. A matéria coadunava com os interesses políticos do jornal; na mesma página constava a matéria intitulada “A construção do posto de higiene”, que noticiava problemas advindos daquele equipamento urbano, que levou à mobilização de municípios junto ao prefeito e, consequentemente, à escolha de outro local para a construção do posto; ainda na primeira página, constava uma matéria, com foto, sobre o estado de saúde delicado do então governador do Estado, Otávio Mangabeira.²⁰

18 Joaquim Cabral de Souza também esteve entre os comunistas que dirigiram a reunião que tinha por objetivo a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas.

19 Ao lado da matéria, estava a notícia do vindouro aniversário de Antônio Ornelas dos Santos, funcionário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, colaborador “intelectual” do jornal com a direção da “Secção Passa Tempo”; abaixo consta uma pequena nota sobre a visita da professora e funcionária dos telégrafos Valdir Coelho Costa à sua família; ainda na página constava a notícia da morte do ex-prefeito de Entre Rios, Euclides M. De Almeida; e no fim da página havia um anúncio anônimo de um cidadão a procura de uma candidata a sua esposa, que preferencialmente fosse de boa família, educada e que dispusesse de recursos. O NORDESTE, Alagoinhas : [s.n.], n. 42, p. 2, 13 mar. 1950.

20 A CONSTRUÇÃO do posto de higiene. O Nordeste, Alagoinhas, n. 42, p. 1, 13 mar. 1950.

Na quarta página, igual destaque era dado para o apoio do prefeito de Rio Real, Antônio Guimarães à candidatura de Juracy Magalhães, na matéria intitulada, “Rio Real, por seu Povo, seus Líderes e seu Governo, está com Juracy Magalhães, afirma o prefeito Antônio Guimarães”. No decorrer da matéria, o articulista teceu vários elogios à administração do prefeito, que em entrevista afirmou que “Somente os invejosos e os despeitados ou os representantes do credo-comunista anticristão e antinacional, estão verdadeiramente empenhados em derrotar o candidato do povo”, deixando clara sua posição frente aos adversários de Juracy Magalhães.²¹

Na última página, estavam destacadas duas matérias em negrito, caixa alta e sublinhadas, uma delas referia-se à poda das árvores da praça J.J. Seabra, agradecendo à prefeitura pelo feito; e a outra que demonstrava indignação frente à infestação de jogos de azar entre a população local. Em resposta às inquirições de populares quanto ao silêncio do periódico *O Nordeste* frente ao recorrente acontecimento.

A notícia da deposição de Joaquim Cabral era, de fato, um dos destaques daquela edição de *O Nordeste*. Até porque a Liga Alagoinhense de Dominó era o órgão responsável pela organização dos esportes de salão no município. Sua ligação com a política fica evidente quando se leva em conta a escolha do deputado Bião de Cerqueira para Presidência de Honra e a eleição do vereador Almiro Conceição para a presidência efetiva da agremiação, após o mal-estar causado pela disputa entre o pessedista e o então presidente da liga, o comunista Joaquim Cabral.²²

Segundo a matéria, Joaquim Cabral de Souza era o presidente da Liga Alagoinhense de Dominó desde o início de 1948. Em *O Nordeste* consta que sua deposição foi promovida pelos presidentes dos clubes de dominó que, descontentes com sua gestão, recorreram ao estatuto da entidade e “propuseram” ao comunista a realização de uma nova eleição, iniciativa que foi por ele rejeitada, o que resultou em sua deposição por unanimidade. Em seguida, foi marcada a eleição para o dia sete de fevereiro de 1950. A reunião seguinte foi presidida por Joaquim Cabral de Souza, que realizou a prestação de contas à assembleia geral, entregou um total de setenta e dois cruzeiros e algumas atas redigidas à mão.²³ Concorreram à presidência o então vereador Almiro de Carvalho Conceição e um ferroviário

21 RIO REAL, por seu Povo, seus Líderes e seu Governo, está com Juracy Magalhães, afirma o prefeito Antônio Guimarães. *O Nordeste*, Alagoínhasn, n. 42, p. 4, 13 mar. 1950.

22 DEPOSTO o comunista Joaquim Cabral de Souza da presidência da Liga Alagoinhense de Dominó. *O Nordeste*, Alagoínhas, n. 42, p. 2, 13 mar. 1950.

23 Ibid.

chamado Adauto. O vereador pessedista venceu por três votos a dois. Entretanto, foram levantadas dúvidas quanto à idoneidade do “voto de minerva” do secretário em exercício, Armando Rodrigues Nova. Com isso, uma nova data foi marcada para certame, dia 15 de fevereiro de 1950, que não aconteceu, apesar do ofício enviado aos clubes afiliados. As eleições só foram realizadas, de fato, no dia 1 de março de 1950, onde o deputado Bião de Cerqueira foi escolhido presidente de honra, e Almiro de Carvalho Conceição foi eleito presidente da Liga.

O discurso de posse do ex-pecebista, na presidência da Liga de Dominó, foi assim descrito por *O Nordeste*:

O Presidente Sr. Almiro de Carvalho Conceição, logo que foi empossado fez um histórico do estado crítico em que a Liga se encontra, motivada pela inoperância do ex-Presidente e concitou a todos a trabalharem afim de soerguer aquela entidade e traçou logo sua plataforma, sendo que em obediência a esta, já foi reorganizada a nova diretoria do Santa Cruz Dominó Clube, com a presença do Presidente da LDA (Liga Desportiva de Alagoinhas), aprovados a reforma dos Estatutos e outros assuntos internos da Liga.²⁴

A matéria ressalta o suposto “dinamismo” de Almiro de Carvalho Conceição frente às más condições em que se encontrava a Liga, opondo-o à suposta “inoperância” do presidente deposto, Joaquim Cabral de Souza. No entanto, é preciso levar em consideração que a análise de *O Nordeste* acerca da atuação do militante comunista na presidência da Liga Alagoinhense de Dominó, tinha o objetivo de valorizar o presidente recém-eleito, até porque o pessedista era próximo ao periódico onde, inclusive, escreveu diversas notas e chegou a colaborar com o jornal através de um texto que analisava o jogo político local, intitulada “Política e Políticos”, publicada em *O Nordeste* em janeiro de 1953.²⁵

Os acontecimentos ocorridos na Liga Alagoinhense de Dominó contribuíram para o andamento do projeto do ex-comunista de conquistar os espaços políticos ainda ocupados pelos comunistas. A cada vitória, Almiro de Carvalho Conceição se colocava enquanto uma alternativa legal às bases pecebistas – camadas de trabalhadores, em sua maioria ferroviários que estavam impedidos de votar no PCB – com as quais, o pessedista havia sido eleito no pleito anterior, quando era militante do Partido Comunista.

²⁴ Ibid.

²⁵ POLÍTICA e políticos. *O Nordeste*, Alagoinhas, n. 117, p. 6, 10 jan. 1953.

Com a obtenção da direção da Liga Alagoinhense de Dominó, o ex-ferroviário, de imediato, promovia seu nome e, conseqüentemente, poderia utilizar-se da instituição recreativa de acordo com seus interesses. Por outro lado, a deposição de Joaquim Cabral da entidade esportiva representava mais um golpe na força política do PCB em Alagoinhas.

No entanto, os comunistas mantiveram-se no controle do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, inclusive durante o período de vigência dos manifestos de 1948 e 1950. A entidade proletária foi criada em 07 de setembro de 1931 e reconhecida como de utilidade pública por decreto estadual, em 1º de março de 1932.²⁶ A matéria publicada no dia 17 de março de 1949, pelo jornal local *Sete Dias*, intitulada: “Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas”, demonstra que os militantes comunistas continuavam no controle da instituição.²⁷ Segundo o referido periódico, no dia 03 de março daquele ano, foi realizada uma assembleia visando a reestruturação da entidade, na sede da filarmônica local, União Ceciliana.²⁸ A reunião foi motivada pela captação da verba orçada em Cr\$10.000 para a instituição, através do deputado federal Nelson de Souza Carneiro, com a qual pretendia-se reestruturar o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Com a palavra, o militante comunista Jonas Batista de Oliveira – então diretor do Centro e do jornal *Sete Dias* – reconheceu que a instituição esteve com problemas, assumindo a culpa do fracasso da gestão anterior. No decorrer de seu pronunciamento, Jonas Batista de Oliveira fez menção à necessidade de celeridade na eleição da nova direção, indicando os nomes de José Lopes da Conceição Filho para a presidência executiva e de Veridiano Alves de Souza para a presidência de honra. Indicações que, segundo o *Sete Dias*, “[...] foram abafadas por uma prolongada e bem significativa salva de palmas, forçando o orador a suspender, por alguns minutos, a sua oração, cujo prosseguimento foi de justificativa às vitoriosas indicações”.²⁹

Posteriormente, o dirigente comunista pediu uma salva de palmas para Nelson de Souza Carneiro, representante da Bahia na Câmara dos Deputados, por ter obtido a subvenção federal para a entidade. Em seguida,

26 FUNDAÇÃO IRACI GAMA. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas. Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. *Jornal Sete Dias*, Alagoinhas, 17 mar. 1949. p. 3.

27 Ibid.

28 Chama a atenção a forte relação dos comunistas e a filarmônica, que indica uma relação orgânica entre ambos. Diversos militantes do Partido Comunista fizeram parte do corpo de músicos e da direção da Filarmônica União Ceciliana.

29 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949. p. 3.

foi procedida a eleição, onde os candidatos sugeridos por Jonas Batista de Oliveira foram eleitos por aclamação, secundado pelo próprio pecebita que passou a ocupar o posto de Primeiro Secretário do Centro. A direção da instituição ficou assim formada: Presidente, José Lopes Conceição Filho, Primeiro Secretário, Jonas Batista de Oliveira; Segundo Secretário, Maurício Pontes dos Santos; Primeiro Tesoureiro, Henrique da Cunha Dias (reeleito); Segundo Tesoureiro, João Francisco de Melo; Orador, Hidelbrando Ribeiro Dias.³⁰

Chama atenção a participação massiva dos comunistas locais na reunião, como é caso de Maurício Pontes dos Santos, eleito segundo secretário, e de Vitório da Rocha Pitta, na presidência da assembleia. Deve-se destacar também a presença ativa do então presidente da Liga Alagoinhense de Dominó, o comunista Joaquim Cabral.

A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta por membros da sociedade alagoinhense, como é o caso do Delegado José Farano da Silva, Hermano Maciel dos Santos, diretor do clube de futebol dos ferroviários, o Cruz de Ferro; Nestor Ribeiro, diretor da filarmônica União Ceciliana e João de Deus Brito, presidente do Órgão Social dos Operários.

Nas últimas linhas da matéria, consta uma discussão sobre a necessidade de sede própria para a entidade, momento em que foi lembrada a entrega de uma memorial ao então governador do estado da Bahia, Otávio Mangabeira, solicitando o auxílio necessário para tornar realidade aquela aspiração do operariado local.

No conclave, as indicações de Jonas Batista de Oliveira lograram êxito, apesar do fracasso de sua gestão à frente da entidade, como o próprio militante afirmou em discurso, o que atesta sua influência política entre os operários. Influência que não era exclusiva do diretor e proprietário do jornal *Sete Dias*, mas, parece ter sido irradiada pelos militantes do Partido Comunista presentes que, como vimos, dirigiram com desenvoltura a reunião.

Sabe-se que, a relação entre os comunistas e o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas teve início, ao menos oficialmente, a partir da eleição do então Secretário Político do Comitê Municipal do PCB, Vitório da Rocha Pitta à presidência da instituição, em 1945. Pitta foi sucedido pelo então diretor do periódico local.³¹

O outro periódico local na ativa, *O Nordeste*, não fez qualquer menção à realização daquele evento, apesar da nota de um parágrafo publicada em 31 de dezembro de 1948 que convocava “[...] os antigos associados

30 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949. p. 3.

31 Para maiores detalhes, ver: SOARES, 2013.

e os operários em geral” para a Assembleia Geral que visava reestruturar “[...] esta velha associação de classe”.³² Como a nota, era de fato um convite público, e provável que tenha sido encomendado pela direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas para dar visibilidade ao alvissareiro acontecimento, o que indica o conhecimento da realização daquele evento pelo jornal. É provável que o silêncio do jornal *O Nordeste* estivesse ligado aos interesses do vereador Almiro Conceição, que no ano seguinte, fundaria o Círculo Operário de Alagoinhas. A fundação mereceu uma página inteira do jornal, e constavam os nomes da direção completa eleita na reunião, uma breve entrevista com Almiro de Carvalho Conceição e palavras do governador Otávio Mangabeira sobre seu interesse em “[...] dotar Alagoinhas de sociedades beneficentes e recreativas para maior conforto dos trabalhadores de nossa terra”.³³

Igualmente, o jornal *O Nordeste* destacou a participação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas nas festividades de primeiro de maio de 1949, dois meses após a reunião que definiu os rumos da reestruturação da organização operária. A matéria intitulada “O Dia do trabalho. O ‘Centro Operário’ comemorou a grande data” indicava que a organização e a realização daquele evento teve “[...] à frente o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, fazendo realizar uma sessão no edifício do Curso do Barão do Rio Branco, seguindo-se várias realizações festivas de caráter desportivo e recreativo[...]”.³⁴ Tudo indica que a fundação do Círculo Operário de Alagoinhas destituiu o interesse de *O Nordeste* pelos acontecimentos referentes ao Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, até mesmo porque Almiro de Carvalho Conceição, declarado adversário dos comunistas, era um colaborador do periódico, como foi dito anteriormente.

Efetivamente, a reunião referente à reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas teve cobertura detalhada do jornal *Sete Dias*, que era dirigido por Jonas Batista de Oliveira. A matéria publicada na edição de março de 1948, intitulada “Saúde e Esporte”, oferece um bom panorama do estilo editorial do *Sete Dias*. Após toda uma reflexão acerca da importância do esporte para a vida dos jovens alagoinhenses,

32 ASSEMBLEIA do Centro Operário Beneficente. *O Nordeste*, Alagoinhas, n. 42, p. 2, 13dez. 1948.

33 FUNDADO nesta cidade o Círculo Operário de Alagoinhas. *O Nordeste*, Alagoinhas, n. 25, p. 2, 2 jun. 1949. Nelson Carneiro foi citado por Almiro de Carvalho Conceição enquanto contato valioso, segundo a matéria. O apoio do deputado foi requerido pelo ex-comunista, como se pode verificar na carta por ele enviada em 23 de julho de 1952, visando convencê-lo a não conseguir verbas para o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, como havia feito em 1949, mas fazê-lo em nome do Círculo Operário de Alagoinhas. Problemática que será discutida no tópico seguinte.

34 O DIA do trabalho: o ‘Centro Operário’ comemorou a grande data. *O Nordeste*, Alagoinhas, n. 23, p. 8, 1 maio 1948.

o autor não resiste e resolve apelar ao Ministério de Educação e Saúde. A primeira página destaca uma matéria referente a movimentação visando a construção de um campo de aviação para a cidade de Alagoinhas. Sob o título, “Positivando o campo de aviação” impresso em negrito e em grandes caracteres, o articulista destaca a captação de Cr\$45.000 pelo prefeito municipal, João Dourado de Cerqueira Bião, para o início das obras. No corpo da matéria, o autor chama atenção para o prestígio pessoal que o líder do município goza junto ao governador Otávio Mangabeira que, por sua vez, foi um fator fundamental para a obtenção de recursos para obras na cidade anteriormente. Ilustrando a matéria, vêm-se as fotos do prefeito de Alagoinhas e do governador do estado da Bahia, esta com a seguinte legenda: “Dr. Otávio Mangabeira, de quem ainda muito esperamos para o nosso engrandecimento”.³⁵

Ainda na primeira página do periódico, sejam evidenciados elogios às ações da administração do município, que estava terminando a pavimentação da praça onde está localizado o prédio da prefeitura, e por sugestão do jornal *Sete Dias* ao Conselho Municipal, receberia o nome de Graciliano de Freitas, pai de Lauro de Freitas.³⁶ Homenagem que contava com o apoio do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas e da filarmônica União Ceciliana, ambas sob influência de Jonas Batista de Oliveira. Segundo as memórias de Salomão de Barros, reunidas na obra *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*, o diretor do periódico havia sido diretor da Sociedade Filarmônica União Ceciliana. Desse modo, o apoio da filarmônica à nomeação da praça, como afirmou o *Sete Dias*, torna-se compreensível, já que o diretor do jornal local era o presidente do Centro Operário de Alagoinhas e um “Cecilianista fervoroso”, nas palavras de Salomão de Barros.³⁷

O discurso democrático só foi radicalizado quando houve referência aos eventos ocorridos na eleição da Câmara Municipal de 1948, na matéria intitulada, “Qual será a nova Mesa da Câmara?”, onde o articulista fazia uma reflexão sobre a eleição da Câmara Municipal em 1949, levando em conta os acontecimentos do ano anterior. Não foi por acaso que o parlamentar do PTN acusado de corrupção na matéria é Almiro de Carvalho Conceição. Aproveitando o ensejo, o jornal segue com duras críticas ao vereador, afirmando que a câmara não pode ter como integrante da sua representação

35 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949, p. 1.

36 FUNDAÇÃO IRACI GAMA. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas. Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. *Jornal Sete Dias*, Alagoinhas, 17 mar. 1949, p. 3.

37 BARROS, S. de. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: [s.n.], 1979. p. 234.

“quem não tem compostura para tão alto cargo”.³⁸Certamente que essa crítica fazia parte da disputa política travada entre o vereador Almiro Conceição e seu ex-partido, o PCB.

Independentemente da relação do *Sete Dias* com o Partido Comunista, o fato é que o periódico pertencia a um conhecido militante comunista, Jonas Batista de Oliveira. Consequentemente, não se pode deixar de relacionar os acontecimentos decorridos após a cassação do registro do PCB e a política editorial do jornal para entender que, ao que parece, o jornalista deixou inalterada a abordagem do seu jornal, até mesmo porque o pecebista não parece ter aderido às novas orientações do partido.

Em um balanço da resistência que os comunistas empreenderam junto aos trabalhadores, é possível afirmar que ela estava diretamente ligada aos seus interesses no jogo político eleitoral. Ao que parece, este ainda representava para os militantes de Alagoinhas um caminho possível para a busca de melhorias à condição clandestina em que se encontravam, ou mesmo de ascensão individual. De toda sorte, em que pese os esforços despendidos, os comunistas não conseguiram manter intacta sua força política, até porque surgiram concorrentes e adversários políticos interessados nos votos dos setores sociais sensíveis à causa operária e na defesa das demandas das camadas populares.

A partir da documentação levantada, podemos afirmar que os comunistas de Alagoinhas traçaram seu próprio caminho frente ao turbulento contexto que se depararam. Ao mesmo tempo, percebemos que as grandes sínteses sobre a trajetória do PCB são insuficientes; se elas partem dos documentos oficiais e das ações dos dirigentes nacionais do Partido, obviamente não oferecem condições para que se possa saber mais acerca do militante da base, atuante no interior do Brasil. Cabe aos novos pesquisadores desvelar as características locais do comunismo, revelando como se organizaram e como atuaram.

A linha anterior à de 1948 e 1950 permaneceu, é isso que a documentação indica. Ao contrário dos trabalhos sobre o PCB que focam suas análises nos documentos oficiais e nas ações da direção do Partido, principalmente nos grandes centros econômicos. A presente pesquisa indica que o PCB de Alagoinhas, cidade do interior da Bahia, resistiu às alterações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. Talvez por considerar a nova linha política inaplicável para a realidade local ou mesmo pela crença de que a linha de aliança de classe era a melhor opção. É preciso levar

38 FUNDAÇÃO IRACI GAMA, 1949, p. 7. Nessa página consta um evento futebolístico promovido por *O Momento*, o que evidencia uma relação de proximidade entre os periódicos publicados pelos comunistas.

em consideração que anos anteriores ela havia garantido aos comunistas uma inserção política única em sua história até então. Esse passado recente certamente pesava sobre as ações dos comunistas que, ao que parece, evocavam-no com a esperança de manter seu capital político e longe da repressão policial. Desse modo, não seria exagero afirmar que o aprofundamento de pesquisas sobre a atuação do PCB nos interiores do Brasil irá mostrar uma peculiaridade na atuação pecebista, destoando daquela que se encontra cristalizada na historiografia, o que nos proporcionará uma compreensão mais ampla acerca da atuação dos comunistas no Brasil.